



14º ENCONTRO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO

28ª REUNIÃO TÉCNICA DO CONACI

CONTROLE INTERNO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988



Painel IV - O Fortalecimento e o Empoderamento do controle Interno Municipal no Combate à Corrupção.

Bárbara Krystall Motta Almeida Reis

**O FORTALECIMENTO E
EMPODERAMENTO DO
CONTROLE INTERNO
MUNICIPAL NO COMBATE À
CORRUPÇÃO**

CONTEXTO

- Inúmeros esforços voltados ao combate do fenômeno da corrupção
- Necessidade de contribuir para promoção da integridade das instituições públicas, melhoria da transparência e empoderamento do controle social e institucional
- Melhoria da tecnicidade da Administração Pública
- Estímulo ao Profissionalismo da Administração Pública

-
- Criação e estruturação de sistema de controle interno nos municípios
 - Melhoria da transparência das instituições públicas
 - Fiscalização dos gastos públicos
 - Combate a corrupção.
 - Necessidade da Difusão de Cultura de Controle Interno
 - Estímulo a arrecadação Municipal
 - Estímulo e Empoderamento do Controle Social
 - Estímulo a participação da Sociedade na Administração Pública

JUSTIFICATIVA

- Fomento para o bom funcionamento do ente federativo e melhoria da estrutura organizacional, bem como a implementação, reestruturação e execução das funções de controle interno, que inclui as macrofunções de **Auditoria, Controladoria, Corregedoria e Ouvidoria.**

Sistema de Controle Interno

- Apoiar o controle externo;
- Estimular transparência e controle social;
- Avaliar, normatizar e orientar mecanismos do controle interno;
- Apurar os indícios de ilícitos no âmbito da administração pública e promover a responsabilização dos envolvidos;
- Acompanhar a gestão governamental e subsidiar a tomada de decisão;
- Receber e analisar as denúncias e reclamações para a melhoria das políticas públicas e serviços públicos;
- Avaliar os controles internos dos órgãos e entidades jurisdicionadas;
- Examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados de gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em relação a eficiência, eficácia e efetividade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Melhorar consideravelmente:

- A qualidade dos serviços públicos;
- Os indicadores de transparência do município;
- O empoderamento do controle social e institucional;
- O controle do gasto público;
- A difusão da cultura de controles internos.

5.570 Municípios

Maturidades

?

Inovações

?

Empresas

?

Padrões?

Servidores?

Melhores

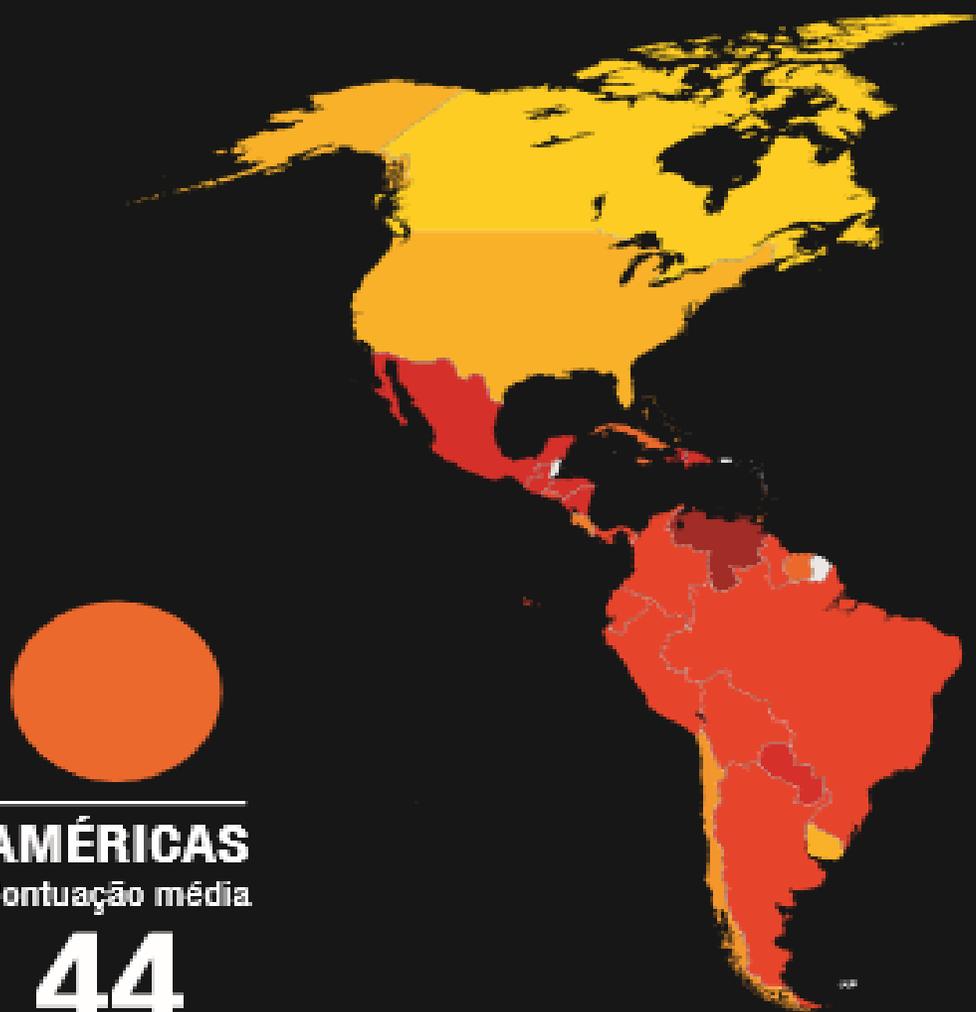
s

Capacitações?

Práticas?



Américas



AMÉRICAS

Pontuação média

44

POSICÃO	PAÍS/TERRITÓRIO	PONTUAÇÃO
8	Canadá	82
16	Estados Unidos	76
23	Uruguai	70
25	Barbados	68
26	Chile	67
28	Bahamas	66
38	Costa Rica	59
40	São Vicente e Granadinas	58
42	Dominica	57
48	Santa Lúcia	56
52	Granada	52
62	Cuba	47
68	Jamaica	44
77	Suriname	41
77	Trinidad e Tobago	41
85	Argentina	39
91	Guiana	38
96	Brasil	37
96	Colômbia	37
96	Panamá	37
96	Peru	37
112	Bolívia	33
112	El Salvador	33
117	Equador	32
135	República Dominicana	29
135	Honduras	29
135	México	29
135	Paraguai	29
143	Guatemala	28
151	Nicarágua	26
157	Haiti	22
169	Venezuela	18

CONTROLE EXTERNO

Por causa do princípio da separação dos poderes, compete ao Legislativo a função de controle dos demais poderes.

As competências do controle externo são estabelecidas nos artigos 70 a 73 da Constituição. **O artigo 75 disciplina o controle externo nos estados e no Distrito Federal.**

O Congresso Nacional é auxiliado nesta tarefa pelo Tribunal de Contas da União, que, além disso, tem outras competências próprias descritas no artigo 71 da CF.



Projetado pelo Freepik

CONTROLE INTERNO

Previsto no artigo 74 da CF, é o exercido por órgãos do próprio poder (**Executivo, Legislativo e Judiciário**).

Cada um dos poderes mantém um órgão central de controle interno. No Executivo Federal, é a Controladoria-Geral da União (CGU).

Mas a CGU tem outras atribuições: também é responsável pelo controle e prevenção da **corrupção, correição, ouvidoria, incremento da transparência**, entre outras atribuições.



Projetado por Freepik.com

CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

É direito e dever dos cidadãos controlar a administração pública.

São vários os instrumentos disponíveis, desde a impugnação de editais e denúncia a órgãos estatais de controle interno e externo (**artigo 113 da Lei nº 8.666/1993**), até a participação em audiências e consultas públicas, passando por reclamações e solicitação de informações nas Ouvidorias dos órgãos e entidades públicas.

A Lei de Acesso à Informação (**Lei nº 12.527/2011**) também é um instrumento que auxilia o cidadão a exercer a cidadania.



Projetado pelo Freepik

Controle do Poder Executivo Federal



- Base legal: artigo 37, 70 e 74 da CF (fiscalização exercida pelos entes federativos)
- Lei Complementar 101/00 (LRF)
- Instrução Normativa do Tribunais de Contas dos Estados
- LAI
- Lei 12846/13
- Lei 13460/17
- Lei 4.320/64
- Lei 8666/93
- Pec 45/2009



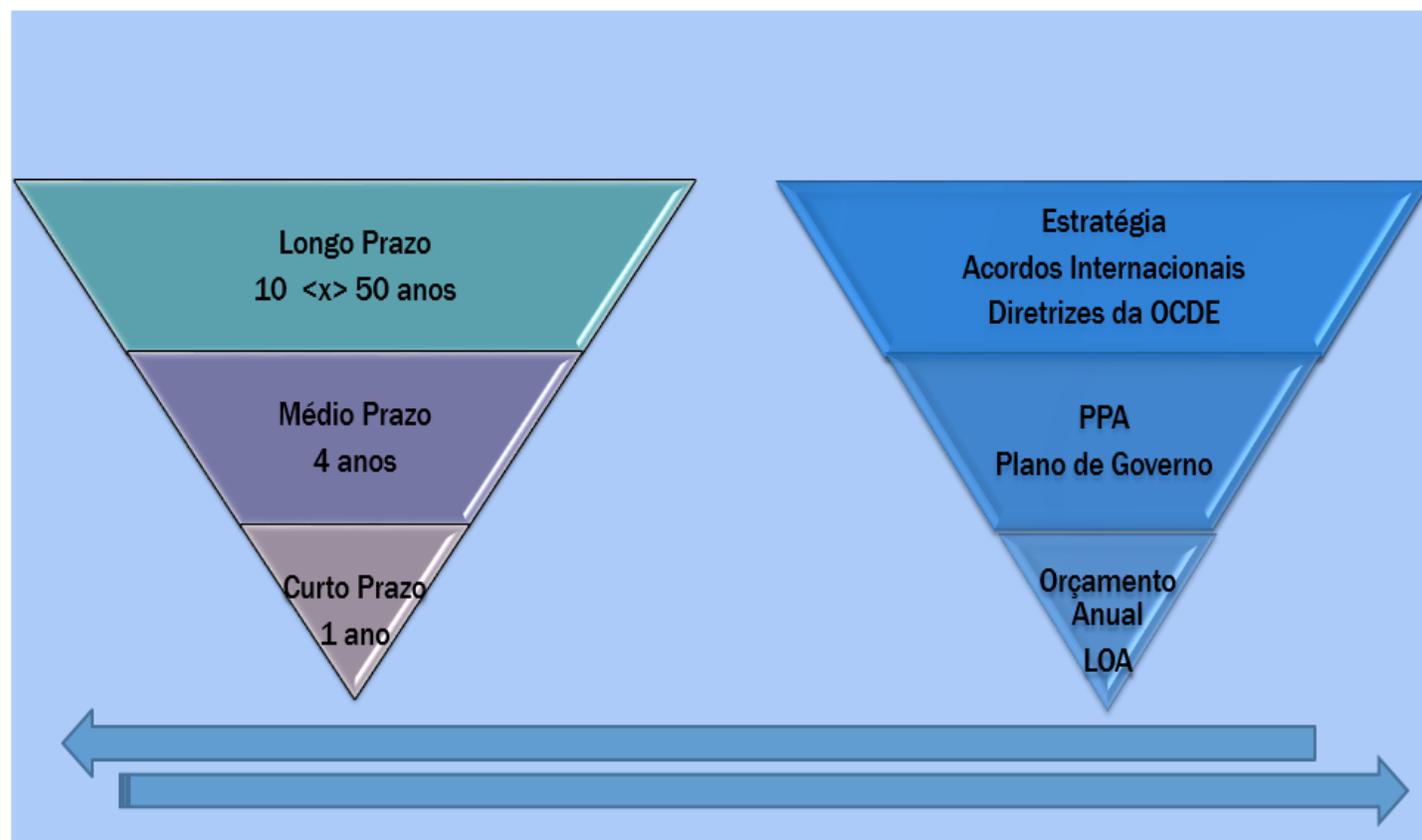
Hely Lopes Meirelles (1997) explica:
“[...] controle, em tema de administração pública, é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional do outro (1997 p. 264).

Previstos pelo artigo 37 da Carta Magna de 1988

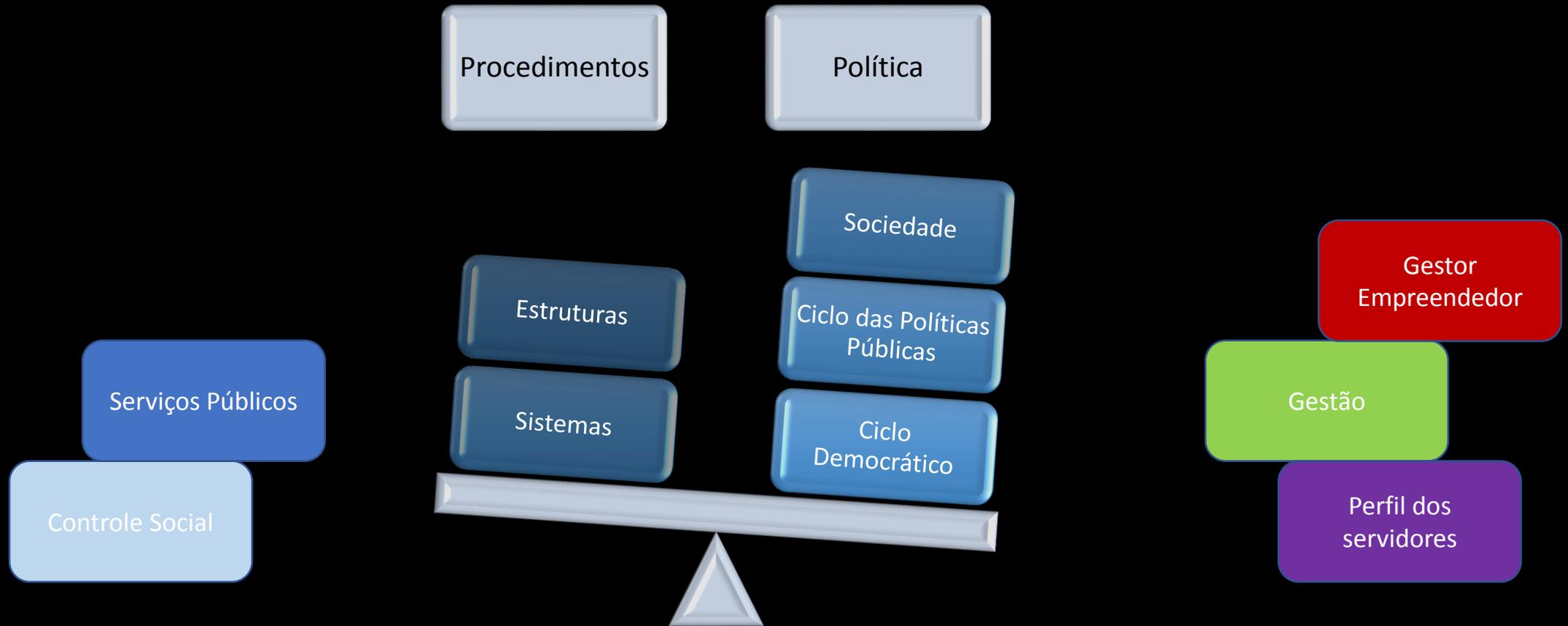
“A administração Pública direta e indireta de qualquer Poder da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”

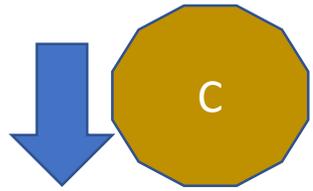
O que é Controle Interno?

Instrumento de prevenção e combate à corrupção
Instrumento de promoção da eficiência, eficácia e efetividade
Otimização da gestão pública
Fomento da Gestão Pública (Assessoramento)

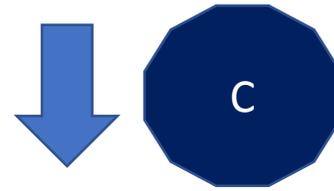


Desafios do Setor Público

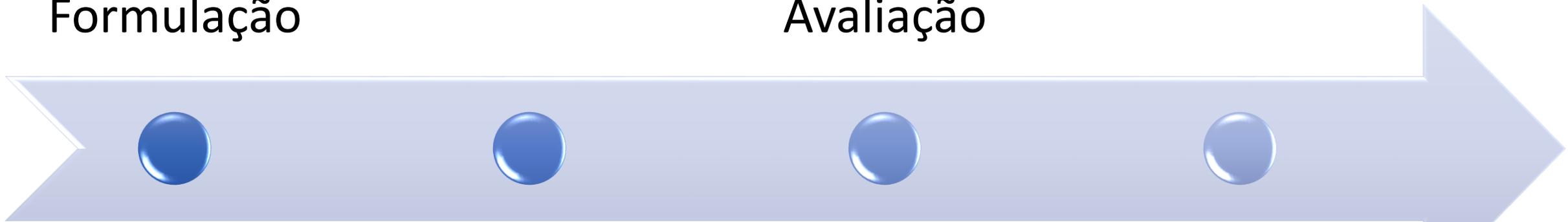




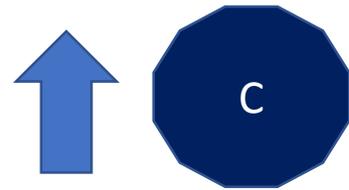
Formulação



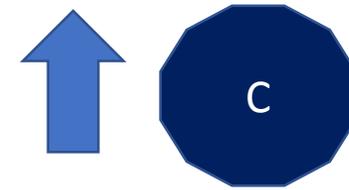
Avaliação



Implantação



Controle



PLANO ORGANIZACIONAL

Soma em dinheiro expressiva

Distorção do funcionamento central

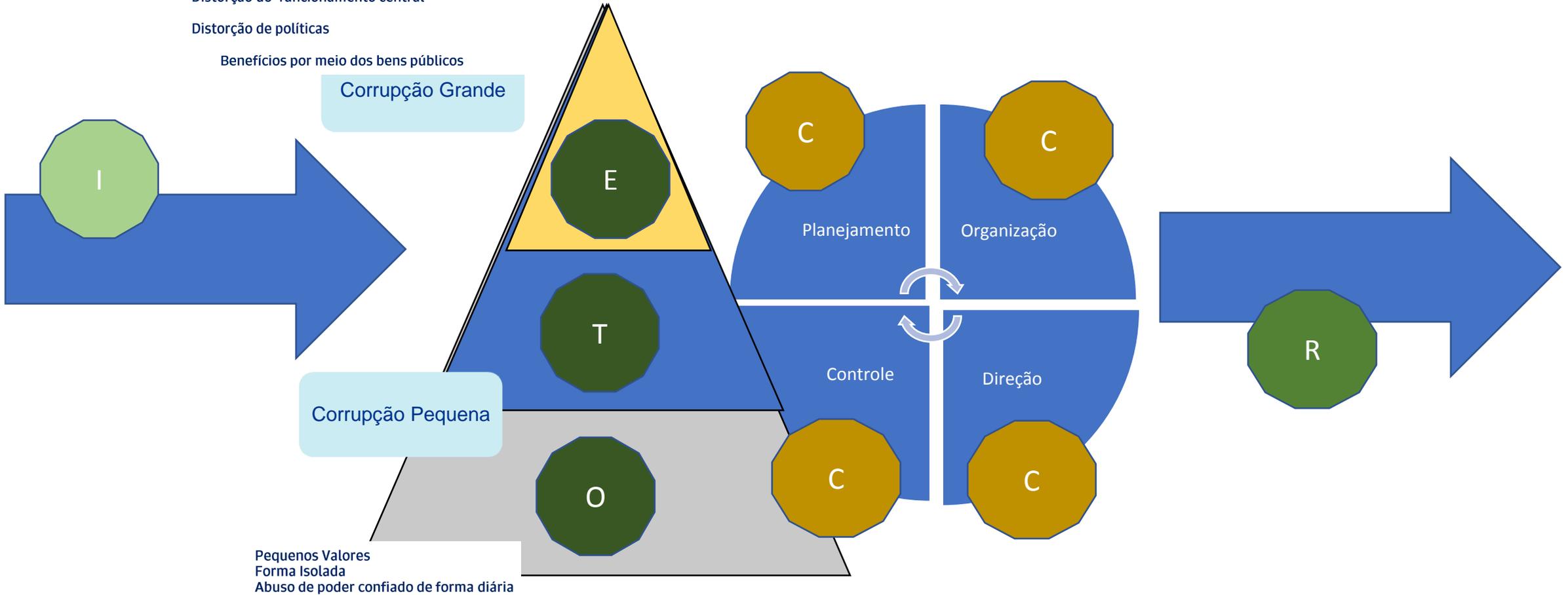
Distorção de políticas

Benefícios por meio dos bens públicos

Corrupção Grande

Corrupção Pequena

Pequenos Valores
Forma Isolada
Abuso de poder confiado de forma diária



Ciclo do Combate à Corrupção

Prevenção



Investigação



Apuração



Punição



Instituições



MP

CGU

PF

Apresentação da Denúncia

Ministério Público

Defesa da Ordem jurídica

Defesa dos Interesses Individuais Indisponíveis

Investigações

Apuração de Crime Contra o Patrimônio Público

Polícia Federal

Segurança das Fronteiras

Prevenção

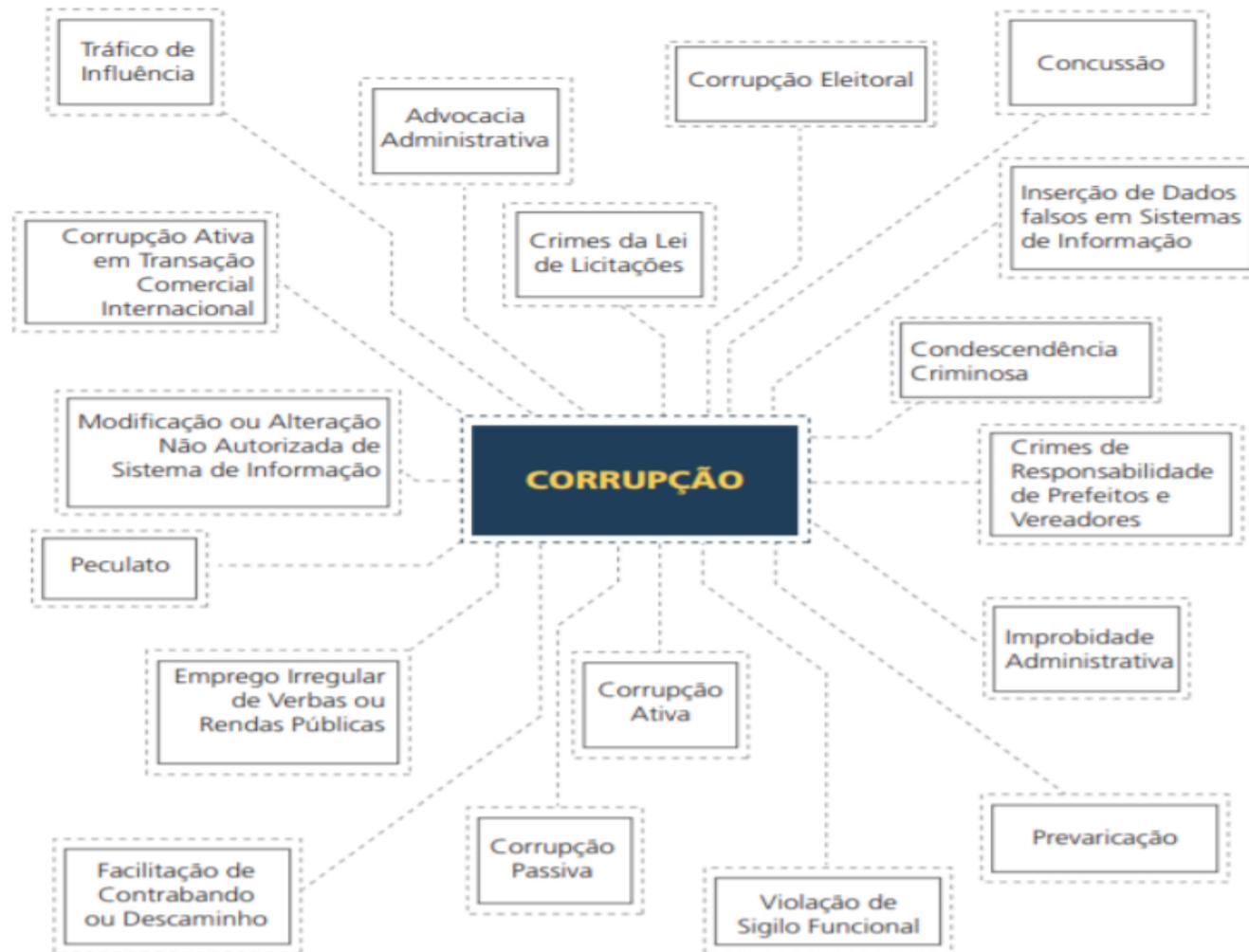
Identificação de Crime Contra o Patrimônio Público (Auditoria, Corregedoria e Ouvidoria)

Controladoria Geral da União

Diamante do Fraude



Fonte: Referencial de Combate à Fraude e a Corrupção, TCU (2016).



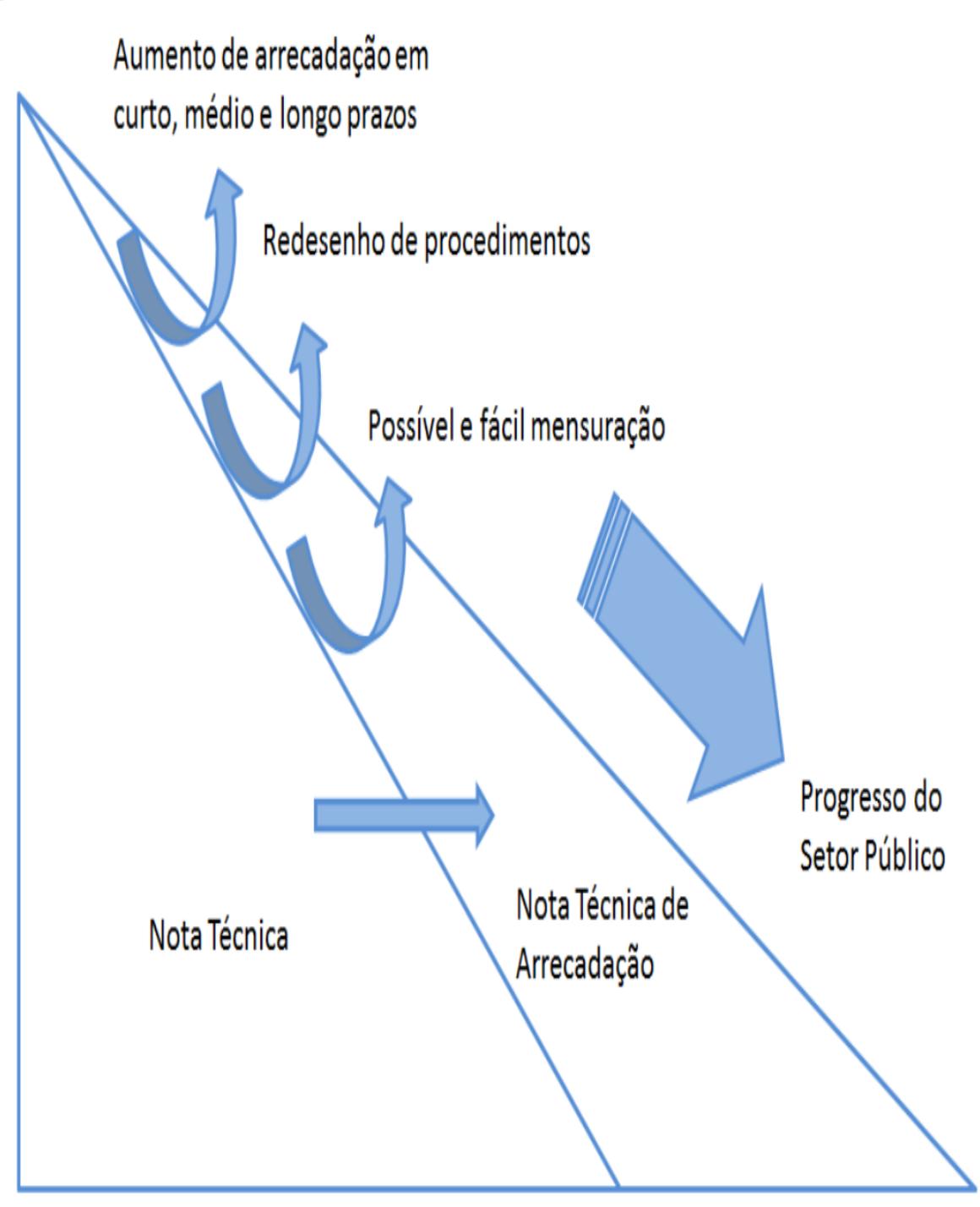
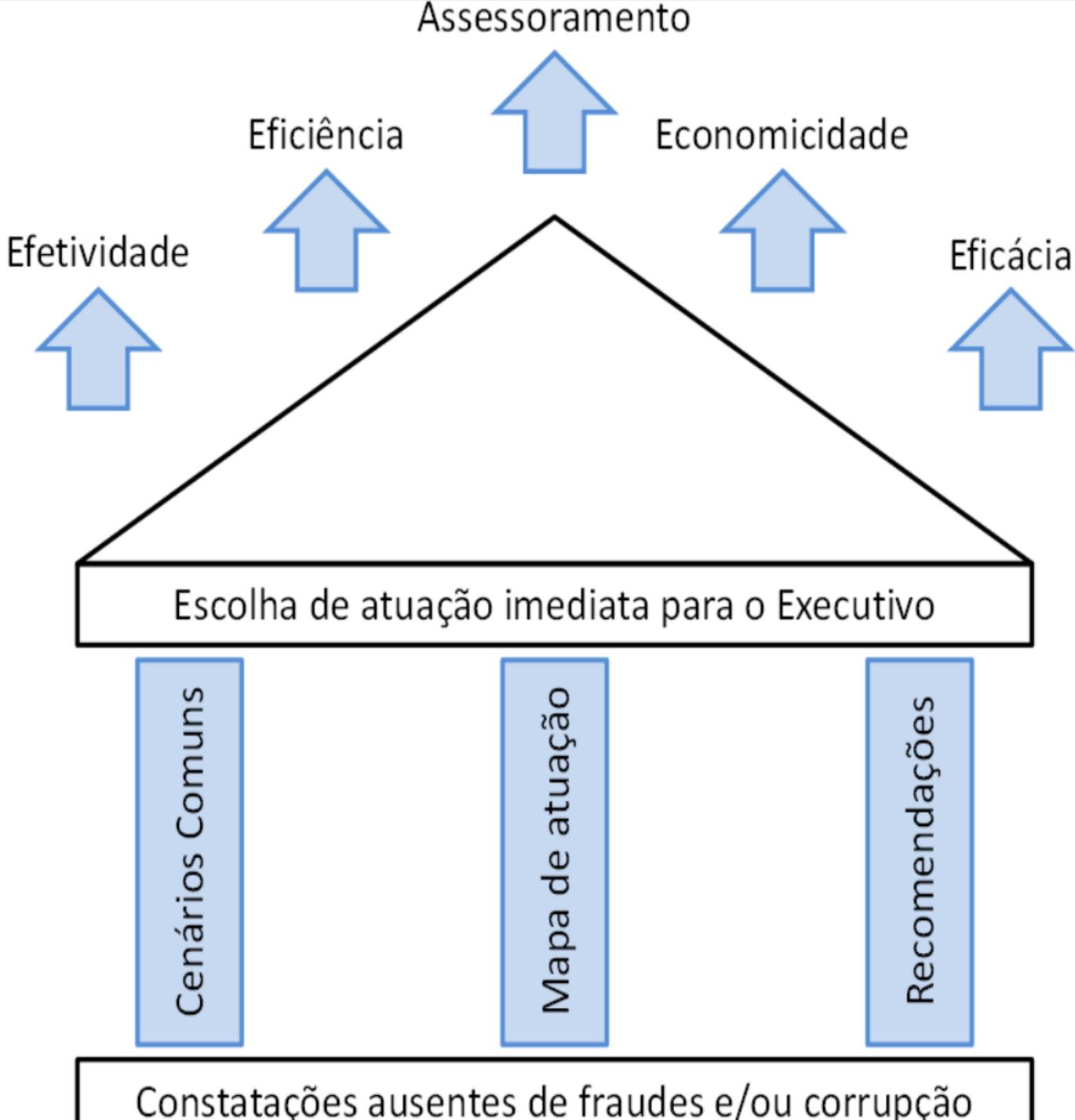
Fonte: Referencial de Combate à Fraude e a Corrupção, TCU (2016).

Desafios do Setor de Controle: Tipos de Controle



Desafios do Setor de Controle: Forma de Atuação







Instrumentos de prevenção e combate à corrupção.

Instrumentos de promoção da eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e ética.

Instrumentos de Otimização da gestão pública

Instrumentos de Fomento da Gestão



II CONGRESSO
INTERNACIONAL
DE CONTROLE E
POLÍTICAS PÚBLICAS



Instituto Rui Barbosa

www.irbcontas.org.br

A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas

Gestão do Risco, Monitoramento e Avaliação, por meio de matrizes de risco: um estudo das subprefeituras e secretarias do Município de São Paulo



Metodologia

- Foram definidas quatro frentes para elaboração de indicadores de avaliação:
 - Controle
 - Materialidade
 - Social
 - Econômico
- A seguir foram definidos, dentro dos quatro tipos escolhidos, 18 indicadores a serem subdivididos, totalizando 30 indicadores de avaliação



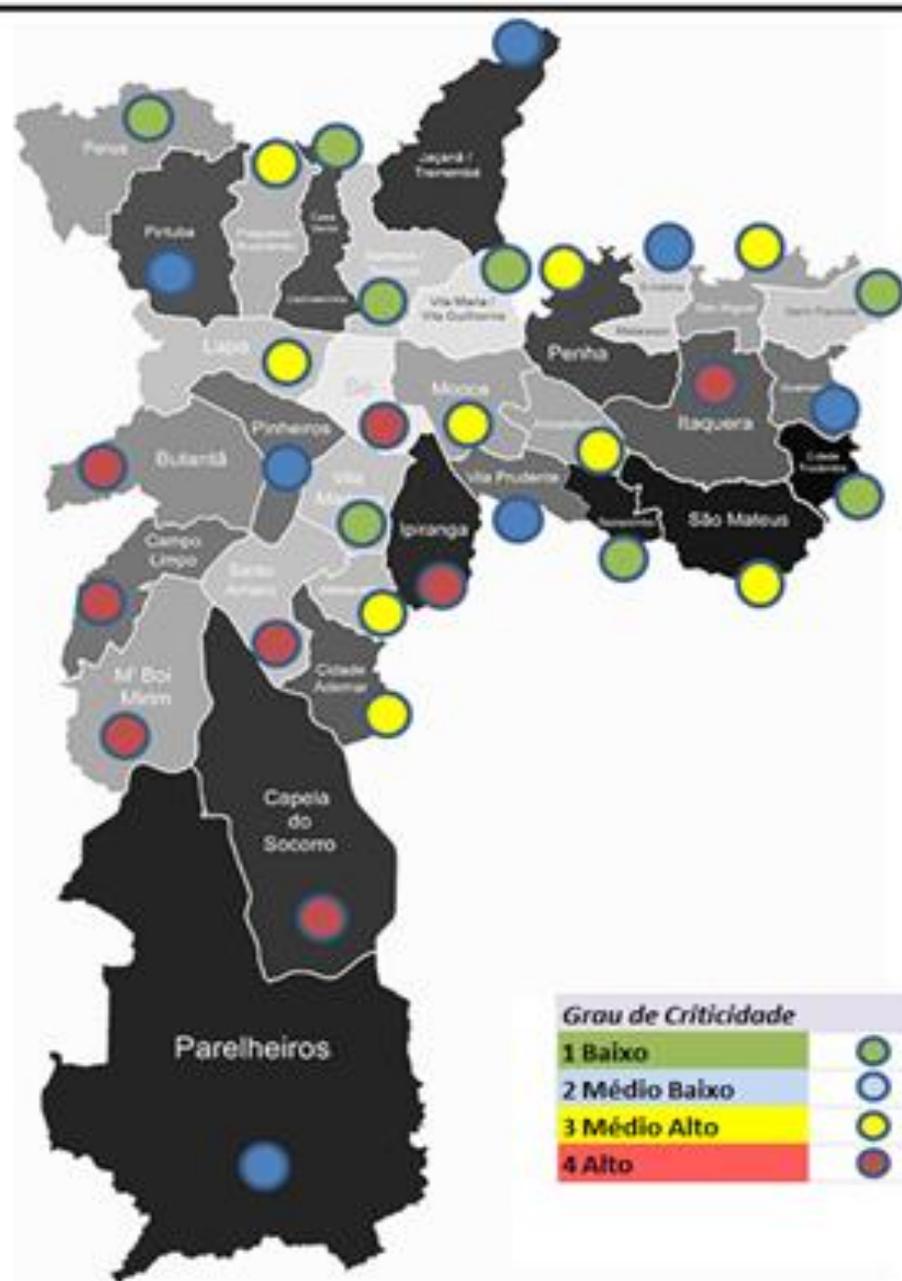
Metodologia

Secretaria	Classificação
Assistência e Desenvolvimento Social	4
Cultura	4
Desenvolvimento Urbano	1
Direitos Humanos e Cidadania	3
Educação	4
Esportes, Lazer e Recreação	3
Finanças e Desenvolvimento Econômico	2
Planejamento, Orçamento e Gestão	3
Governo Municipal	3
Habitação	3
Infraestrutura Urbana e Obras	3
Licenciamento	1
Negócios Jurídicos	1
Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida	1
Políticas para Mulheres	1
Promoção da Igualdade Racial	1
Relações Governamentais	1
Relações Internacionais e Federativas	1
Saúde	4
Segurança Urbana	2
Serviços	4
Coordenação das Subprefeituras	4
Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo	3
Transportes	2
Verde e Meio Ambiente	3



Metodologia

Subprefeitura	Classificação
Aricanduva/Vila Formosa/Vila Carrão	3
Butantã	4
Campo Limpo	4
Capela do Socorro	4
Casa Verde/Cachoeirinha	1
Cidade Ademar	3
Cidade Tiradentes	1
Ermelino Matarazzo	2
Freguesia do Ó/Brasilândia	3
Guaianases	2
Ipiranga	4
Itaim Paulista	1
Itaquera	4
Jabaquara	3
Jaçanã/Tremembé	2
Lapa	3
M'Boi Mirim	4
Mooca	3
Parelheiros	2
Penha	3
Perus	1
Pinheiros	2
Pirituba/Jaraguá	2
Santana/Tucuruvi	1
Santo Amaro	4
São Mateus	3
São Miguel	3
Sapopemba	1
Sé	4
Vila Maria/Vila Guilherme	1
Vila Mariana	1
Vila Prudente	2



Subprefeitura	Classificação
Aricanduva/Vila Formosa/Vila Carrão	3
Butantã	4
Campo Limpo	4
Capela do Socorro	4
Casa Verde/Cachoeirinha	1
Cidade Ademar	3
Cidade Tiradentes	1
Ermelino Matarazzo	2
Freguesia do Ó/Brasilândia	3
Guaianases	2
Ipiranga	4
Itaim Paulista	1
Itaquera	4
Jabaquara	3
Jaçanã/Tremembé	2
Lapa	3
M'Boi Mirim	4
Mooça	3
Parelheiros	2
Penha	3
Perus	1
Pinheiros	2
Pirituba/Itarugá	2
Santana/Tucuruvi	1
Santo Amaro	4
São Mateus	3
São Miguel	3
Sapopemba	1
Sé	4
Vila Maria/Vila Guilherme	1
Vila Mariana	1
Vila Prudente	2

PODEMOS MUITO MAIS

03/06/2016 19h25 - Atualizado em 03/06/2016 20h43

Controladoria Geral investiga suspeita de cartel em ciclovia de SP

Ciclovia fica em Pinheiros, na Zona Oeste da Capital.
4 empresas citadas na investigação têm 30 dias para apresentar defesa.

Do G1 São Paulo



Parada Gay foi realizada sem contrato formal, diz CGM

Controladoria informou ainda que e-mail confirma que houve esquema de "cartas marcadas" para escolha de empresa vencedora

Alexandre Hisayasu e Paula Felix, O Estado de S. Paulo

06 Novembro 2015 | 18h57

SIGA O ESTADÃO



SÃO PAULO - A auditoria da Controladoria-Geral do Município (CGM) sobre a organização da última Parada Gay, realizada em junho deste ano, constatou que o evento foi realizado sem um contrato formal assinado entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a empresa SP Eventos para prestação de serviços. Valores superdimensionados, subcontratações e um esquema de "cartas marcadas" para a empresa ser a escolhida para ser responsável pela estrutura do evento foram outras

s nela gestão municipal no detalhamento da anuacão nesta

PUBLICIDADE





Ex-diretor do Teatro Municipal é suspeito de desviar R\$ 18 mi



17/12/2015

foto 4/5

Ex-diretor do Teatro Municipal é suspeito de desviar R\$ 18 mi

Relatório da CPI do Theatro Municipal deixa Haddad de fora e cita secretário

Comissão investigou irregularidades em contratos. Documento será encaminhado para órgãos de investigação.

Do G1 São Paulo



Auditoria encontra irregularidades na Subprefeitura da Lapa

Fiscalização da Prefeitura achou problemas no controle de TPUs para bancas. Órgão aponta falta de recursos humanos qualificados.

Do G1 São Paulo

Uma auditoria realizada pela Controladoria Geral do Município (CGM) de **São Paulo** registrou, em junho, irregularidades na Subprefeitura da Lapa, na Zona Oeste da cidade. De acordo com os dados apresentados nesta quarta (19), entre os problemas está a fragilidade no controle de termos de permissão de uso (TPU) para bancas de jornal, comércio de alimentos e problemas no descarte de materiais apreendidos.

saiba mais

Prefeitura de SP diz que recuperou R\$ 90 milhões com Controladoria

O orçamento atualizado da subprefeitura para 2015 foi de R\$ 41.833.676. Os contratos analisados, entretanto, envolveram o montante muito inferior: R\$ 5.314.903,85.

O órgão respondeu a cada um dos problemas identificados, exceto a não observância do

dispositivo legal que trata da divulgação dos contratos no Portal da Transparência. A unidade atribuiu as fragilidades à falta de recursos humanos qualificados e em quantidade de pessoas.

Auditoria aponta 19 irregularidades na Subprefeitura de Ermelino Matarazzo

□ emjornal □ 10/06/2016 □ DESTAQUE, POLÍTICA □ No Comment

10/06/2016

Uma auditoria realizada pela Controladoria Geral do Município (CGM) constatou 19 divergências e irregularidades durante procedimentos adotados pela Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, na zona leste da cidade. Também foram analisados 13 contratos feitos pelo órgão, que juntos somam cerca de R\$ 9,5 milhões em valores pagos no período entre 2010 e 2015.

A auditoria de natureza operacional envolveu análises nas áreas de





COMPARTILHAR TWITTER COMPARTILHAR O EMAIL

A ação determinada pelo Prefeito Fernando Haddad prevê a fiscalização em todas as subprefeituras da Cidade. A equipe de auditores tem como objetivo verificar os controles e procedimentos adotados na subprefeitura, sua adequação, bem como se a prestação de serviço à população está ocorrendo dentro do previsto.

- > Sapopemba Clique para visualizar a **Situação Geral dos Processos**.
- > Sé
- > Vila Maria - Vila Guilherme **Equipamentos Públicos**
- > Vila Mariana Equipamentos Públicos são as instalações e os espaços físicos, públicos ou privados, onde é prestado de forma presencial algum tipo de serviço do poder público à pessoa física ou jurídica.
- > Vila Prudente

Link de equipamentos públicos da **Prefeitura Regional Lapa**.
(link externo).

Termos de cooperação

Acesse a lista dos termos de cooperação da região da **Prefeitura Regional Lapa**.
(link externo, atualizado mensalmente).



Projeto “Educação Fiscal”



Semana: Formando Cidadãos Conscientes



Lupinha, Joãozinho e seus amigos, convidam a criançada do 5º ano do Ensino Fundamental das escolas de Marechal Cândido Rondon para conhecerem...

O MUNDO MÁGICO DA CIDADANIA!

Uma divertida peça teatral com fantoches!

No auditório da Acimacar de 17 a 21 de junho de 2013.

Obs: horários previamente já informados.

Realização:

Observatório Social
DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON


Observatório
SOCIAL DO BRASIL

Apoio:

ACIMACAR
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL
DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON


SPC
SISTEMA DE PROTEÇÃO CREDITÍCIA


FIEP
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARANÁ


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Patrocínio:

SICOOB
ASSOCIADO A VOCE.


CONSTRULCIA
CONSTRUTORA


Toque Mágico
Dança Infantil

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DO OBSERVATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA DE LONDRINA.

1. LICITAÇÕES – PRINCIPAIS ATUAÇÕES

1.1 Revogação da Concorrência Pública para contratação de empresa de engenharia especializada para executar a gestão da iluminação pública de Londrina.

Em análise à Concorrência Pública para Contratação de empresa de engenharia especializada para executar a gestão do sistema de iluminação pública do município de Londrina/Pr, incluindo o fornecimento de materiais, de valor estimado de R\$ 53.408.074,24 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e oito mil, setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), o Observatório de Gestão Pública apontou 10(dez) irregularidades, a saber:

- Do não parcelamento do objeto;
- Utilização do tipo técnica e preços;

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS



Observatório

SOCIAL DE CAMPO MOURÃO



SISTEMA DIÁLOGO: Controladoria e Tribunal de Contas encerram primeira edição de treinamento

Próximas capacitações devem ocorrer a partir do dia 23.

10:41 16/10/2015

Na tarde de quarta-feira (14/10), a CGM-SP e o [Tribunal de Contas do Município](#) finalizaram a primeira edição do curso para utilização do sistema **DIÁLOGO**.

O treinamento, realizado na Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, era direcionado aos servidores indicados pelos secretários municipais. Ao todo, foram capacitadas duas empresas de economia mista, uma autarquia, três subprefeituras e sete secretarias.

O curso foi ministrado por Bárbara Krysttal Motta Almeida Reis e Marco Antônio Cezare da Coordenadoria de Auditoria Interna da CGM e por Mônica Aparecida Correia e Dilson Ferreira da Cruz Júnior da área de fiscalização do TCM.

O sistema **DIÁLOGO** é uma nova forma de trabalho e comunicação do Tribunal de Contas e da Controladoria com as unidades auditadas da PMSP. A ideia do sistema é criar um ambiente de diálogo direto e diminuir a assimetria de informações entre as unidades de controle da administração, do controle interno e do controle externo.

A partir de agora, as determinações do parecer sobre as contas do Prefeito serão encaminhadas para as secretarias através dessa plataforma. Posteriormente, as secretarias informam - pelo mesmo caminho – quais providências estão sendo tomadas.

O uso do sistema **DIÁLOGO** é obrigatório e foi determinado pelo próprio TCM, através da Resolução N° 05/2014, publicada no Diário Oficial da Cidade em 25 de novembro do ano passado.

Segundo Dilson da Cruz, o acesso ao sistema estará disponível já na próxima semana. “Os órgãos da PMSP terão cerca de quatro meses para responder as recomendações feitas pelo TCM”, afirmou.



TCM e Controladoria Geral do Município treinam servidores para uso do sistema Diálogo

Técnicos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e da Controladoria Geral do Município – CGM realizam curso de capacitação de servidores municipais para utilização do DIÁLOGO, sistema de gestão das determinações expedidas pelo Tribunal, desenvolvido pela Coordenadoria VIII da Subsecretaria de Fiscalização e Controle - SFC em parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI. As aulas ocorrem na Escola Municipal de Administração Fazendária da Secretaria Municipal da Fazenda de 29 a 31 de agosto.

A versão do DIÁLOGO apresentada durante o curso traz novas funcionalidades, como alertar se foram encaminhadas novas informações pelo sistema, se foram lidas ou não, além de elaborar estatísticas com dados referentes às determinações atendidas e quais órgãos as cumpriram, dentre outras facilidades. Para o futuro, está prevista a ampliação do escopo da ferramenta, com o objetivo de incluir todas as determinações exaradas pelo Tribunal, e não apenas as constantes do relatório das contas do Poder Executivo como acontece atualmente.

Foram convocados para o treinamento um total de 174 servidores, vinculados a diversas secretarias municipais, como a de Governo, Gestão, Justiça, Fazenda, Educação, Desenvolvimento Social, Saúde, Transportes, Obras, Verde e Meio Ambiente e Coordenação das Prefeituras Regionais. Além desses, foram inscritos funcionários da CGM, Autarquia Hospitalar, CET, SPObras, SPTTrans, Sehab, Inovações Tecnológicas, SMU, e do próprio TCM.

O coordenador da C-VIII, Dilson Cruz, participou da abertura do evento. E entre os instrutores do curso estão os servidores da Coordenadoria VIII: Monica Correia, José Janeiro Perez e Adriano Barbosa dos Santos; da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas: Mauro Tsuyoshi; e pela Controladoria Geral do Município, o auditor municipal de Controle Interno Dionni Alberth de Moura.

A implantação do DIÁLOGO iniciou-se em junho de 2015. O sistema permite ao TCM encaminhar aos órgãos da Prefeitura, pela internet, as determinações que lhes foram atribuídas no parecer das contas do Executivo, os relatórios de auditorias, além de outros documentos que deram origem à decisão. E pela mesma plataforma, o auditado informará as medidas que adotou para cumprir o que lhe foi determinado, enviando a documentação comprobatória. O sistema permite uma comunicação dinâmica entre auditor e auditado.

Com o DIÁLOGO foi possível criar uma parceria inédita entre o Tribunal e a Controladoria Geral do Município, que recebe as determinações, com toda a documentação pertinente, simultaneamente ao órgão auditado. Com isso, a CGM pode acompanhar o cumprimento de cada determinação e dialogar eletronicamente tanto com o auditado quanto com o próprio TCM. Portanto, os controles interno e externo passaram a atuar de forma conjunta.

Auditoria aponta irregularidades em contratos de R\$ 1,2 milhão em Jacareí

Contratos foram firmados pela Pró-Lar no último ano do governo Hamilton

Jacareí, 03 de Maio de 2017 às 20h59. Atualizado em 03 de Maio de 2017 às 21h41.

Rodrigo Fernandes



Reportar erro



Maio 15, 2018 - 23:40

Relatório final de CPI da Pró-Lar é apresentado em Jacareí



Comissão. O relatório final da CPI será encaminhado à Promotoria

Foto: /Divulgação/CMJ

CPI foi aberta pela Câmara para apurar possíveis desvios na fundação, que chegariam ao montante de R\$ 1,2 milhão

Thais Leite@_thaisleite

Auditorias constata irregularidades na compra e no contrato de catracas de escolas municipais

05/07/2017 | GOVERNO | NOTÍCIAS | SECRETARIA DE GOVERNO

Compartilhe:         



A Secretaria de Governo, através da Diretoria de Transparência e Governança, divulgou nesta quarta-feira (05), no site da Prefeitura de Jacareí, dois relatórios da segunda e da terceira auditorias finalizadas desde sua criação. Dessa vez, a investigação foi feita no processo de licitação, da compra e contratação de catracas e softwares de controle de acesso para escolas da rede pública municipal no valor de R\$ 1,9 mi.

A primeira auditoria (<https://goo.gl/ByAuWm>) investigou denúncia de irregularidades no processo de licitação, ao constatar que duas empresas inscritas no processo pertenciam possivelmente, ao mesmo dono, o que atrapalha a competitividade e a lisura da licitação. Na fase final do processo, uma dessas empresas saiu vencedora e a outra ficou em segundo lugar.

Já o segundo relatório (<https://goo.gl/hTGjDE>), apresenta o resultado de auditoria sobre o cumprimento do contrato, execução e entrega dos produtos e serviços contratados, oriundos desta licitação. Neste caso, entre as irregularidades apontadas pelo relatório, está a instalação das catracas em locais inapropriados e em condições que impeçam que ela cumpra sua função de controlar o acesso dos alunos, configurando, entre

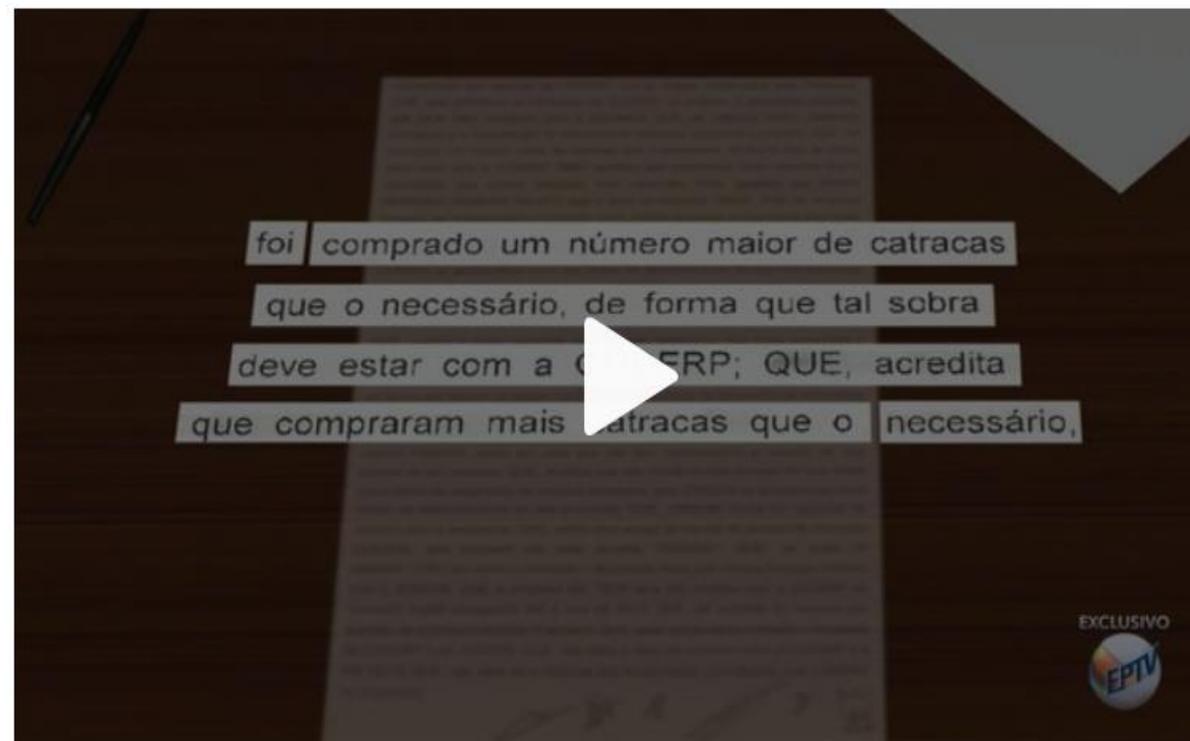
29/09/2016 07h00 - Atualizado em 29/09/2016 07h00

Ex-secretário diz à PF que Prefeitura gastou mais que deveria com catracas

Foram 700 aparelhos para 28 escolas em Ribeirão Preto, apurou 'Sevandija'. Investigação cita firmas do mesmo dono concorrentes em licitação de 2010.

Do G1 Ribeirão e Franca

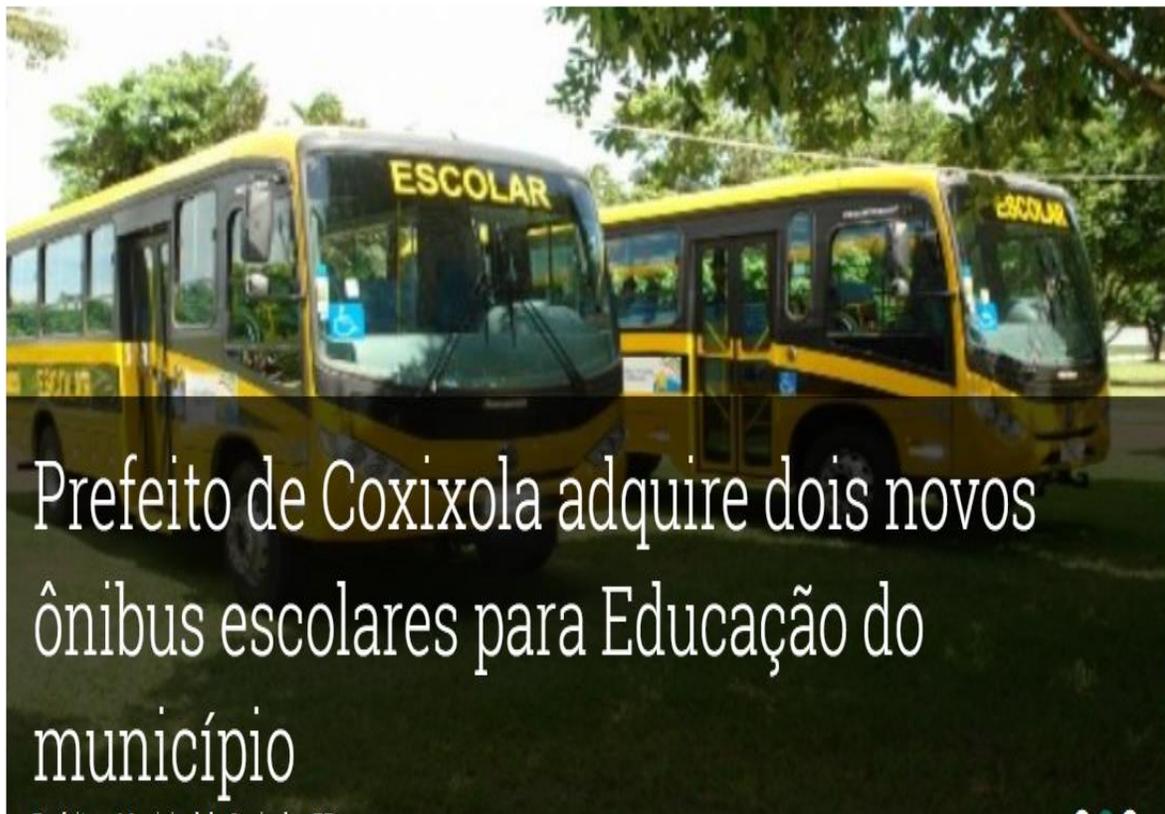
 FACEBOOK  





É um prazer recebê-lo em nosso portal

Consigo Controla a entrada e saída de mercadorias, licitações e índices de contabilidade e finanças



Prefeito de Coxixola adquire dois novos ônibus escolares para Educação do município



Ouvidoria

Envie sua reclamação, denúncia, sugestão.



Quadro Funcional

Relação de Servidores



Portal da Transparência

Detalhes sobre execução orçamentária.



SIC FÍSICO

Consulta de Informações Cíveis

Estamos articulando um evento na região do cariri até final do ano

Estamos organizando também o portal do Município

[Início](#)[Cidade](#)[Prefeitura](#)[Notícias](#)[Contato](#)[Transparência](#)

Santa Rita do Pardo

Nossa História





ntaritadopardo.ms.gov.br/noticias/page/5/

[Inicio](#) [Cidade](#) [Prefeitura](#) [Notícias](#) [Contato](#) [Transparência](#)

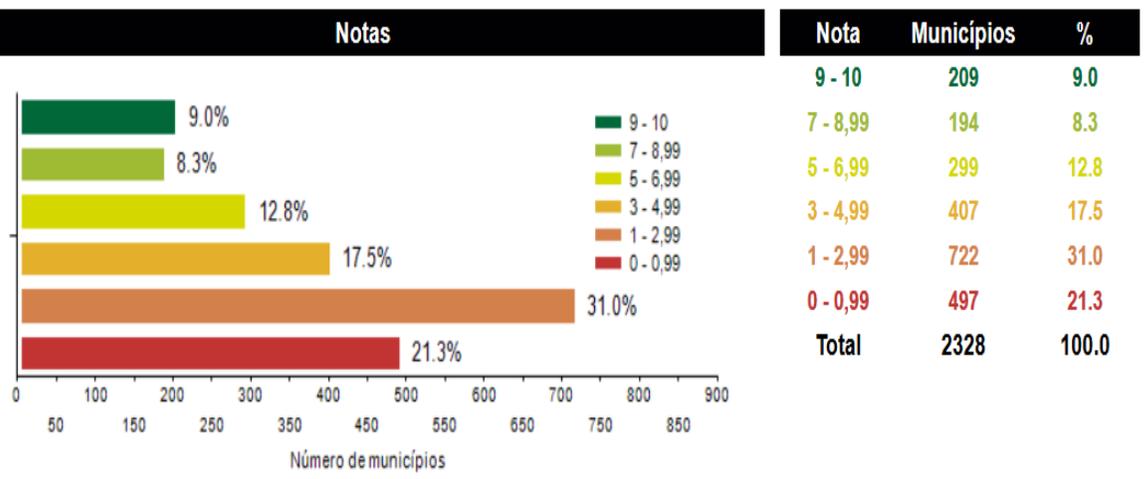
Educação| 1º Audiência Pública do Plano Municipal de Educação – PME- Monitoramento e Avaliação.

Educação, Esporte e Cultura • Por Dughai Augusto • 26 de abril de 2018

Educação| 1º Audiência Pública do Plano Municipal de Educação – PME- Monitoramento e Avaliação.

Panorama dos Governos Municipais

Escala Brasil Transparente - 3.ª avaliação



Clique na sigla abaixo para visualizar o mapa estadual

- [AC](#) [AL](#) [AM](#) [AP](#) [BA](#) [CE](#) [DF](#) [ES](#) [GO](#) [MA](#) [MG](#) [MS](#) [MT](#) [PA](#) [PB](#) [PE](#) [PI](#) [PR](#) [RJ](#) [RN](#) [RO](#) [RR](#) [RS](#) [SC](#) [SE](#) [SP](#) [TO](#)

[Acesse a lista completa de municípios](#)



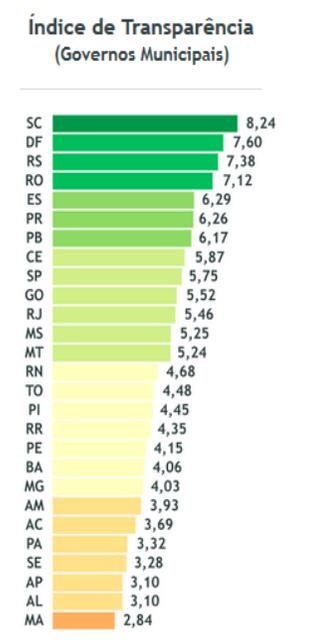
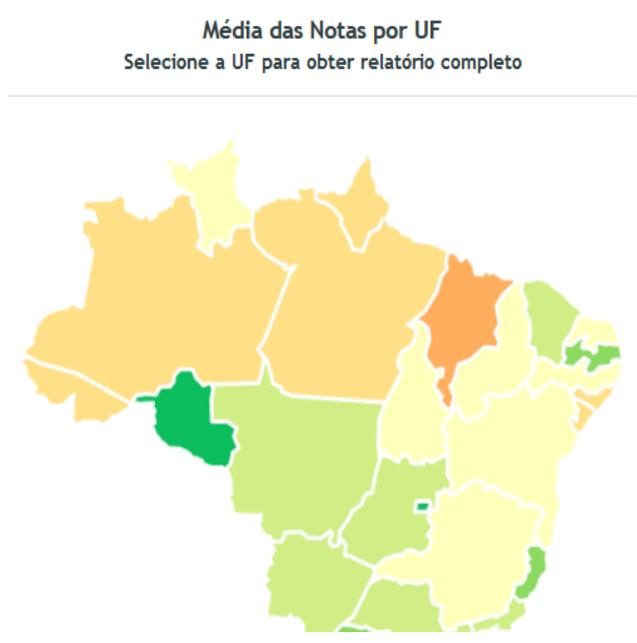
Índice Nacional da Transparência

5,21

↑ 32,91%

Índice anterior: 3,92

[VEJA A EVOLUÇÃO](#)



OBRIGADA

Barbara Krysttal Motta Almeida Reis

Conselheira e Consultora de Controle Interno, Combate à Corrupção, Prevenção e Transparência Pública da Associação de prefeitos do Estado de São Paulo – APSP (APRESP). Líder de Pesquisa do Grupo de Políticas Públicas de Defesa Nacional Na Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro. Experiência anterior na Corregedoria Geral do Estado de São Paulo no departamento de Instrução Processual, Assessora Técnica II de Auditoria Interna na Controladoria Geral do Município de São Paulo, Assessora especial de Auditoria Interna na Controladoria Geral do Município de São Paulo, Coordenadora de Auditoria Interna (Substituta) na Controladoria Geral do Município de São Paulo, Chefe de Assessoria Técnica da Controladoria Geral do Município de São Paulo, Conselheira Fiscal da Fundação Theatro Municipal, Conselheira Fiscal da COHAB – SP. Ministra Curso: Sistema diálogo contas do Executivo (CGM – TCM), Sistemas de Controle Interno e Controladorias, 3 linhas de defesa, Desafios e Oportunidades no Controle Interno, Controladoria Municipal: Implementação e funcionamento, Planejamento Estratégico e Planejamento de Auditoria, Casos de Sucesso de Auditoria e Gestão do Risco. Bem como curso para TCE-AL e Grupo de Controladores do Estado de Alagoas, Maranhão, Paraíba, Patos, Tocantins, entre outras cidades e Estados.

Formação Acadêmica:

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas (USP);

Pós Graduanda da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo;

Pós Graduanda da UNIFESP Gestão Pública;

Aluna Especial de Mestrado de Gestão Pública da USP (2015-2016)



SEJA VOCÊ O HERÓI DE
SEUS SONHOS.

